



GT 011. Antropologia da Moral e da Ética

Carlos Eduardo Valente Dullo (UFRGS) -
Coordenador/a, Roberta Bivar Carneiro Campos
(Universidade Federal de Pernambuco) -
Coordenador/a

A Antropologia se desenvolveu debatendo as regras e normas sociais, os processos de julgamento e atribuição de responsabilidade, as formas de sanção e punição, as prescrições e proibições, bem como os efeitos sociais das transgressões. A problemática da moralidade não é, portanto, estranha para a nossa disciplina. Entretanto, não se constituiu, até recentemente, um campo de pesquisa como o da Moral e da Ética. Tendo início com o debate sobre a tensão entre o universalismo moral e o relativismo das moralidades locais, passando pela redefinição dos conceitos de moral e ética sob a ética específica da Antropologia, esta agenda teórico-metodológica volta-se principalmente para uma preocupação com novos recortes empíricos como as figuras exemplares, as conceituações de liberdade e responsabilidade, as práticas de cuidado (care), os processos de recuperação após momentos críticos, as respostas sociais a tragédias, entre tantos outros recortes que observem seja o evento ordinário seja o extraordinário momento de quebra ou (re)instituição da moral - bem como as maneiras pelas quais os processos de mudança e de conservação se atualizam. Seguindo, portanto, a proposta de Laidlaw, Fassin, Robbins, Keane e Das (entre outros) uma antropologia que se volte para estes fenômenos comporta, necessariamente, uma chave analítica transversal às mais diversas temáticas: religião, política, economia, família e parentesco, saúde e bem-estar, natureza e animais, direito, gênero e sexualidade etc.

"Mexer" com conflitos de terra no sul do Pará: ética do work de base entre agentes de pastoral

Autoria: Igor Rolemberg Gois Machado

Na região do sul e sudeste do Pará, agentes da Comissão Pastoral da Terra realizam um work de base junto a comunidades rurais em áreas de disputa por terra desde 1975. Esse tipo de ação pastoral, pensada como "pastoral de fronteira", ou "pastoral de conflito", deu-se inicialmente junto a comunidades de posseiros. Hoje são grupos de sem-terra, organizados em ocupações e acampamentos, que são "acompanhados" pelo serviço dos agentes de pastoral. O que se chama work de base desdobra-se em ações de assessoria de três tipos, apreendidos pela forma como os agentes definem a agenda e repartem tarefas: (i) serviço pedagógico e "animação" para fomentar a criação ou reforçar a existência de associações e movimentos; (ii) assistência técnica agrícola, que nos últimos anos passa por estimular o reconhecimento e desenvolvimentos de práticas agroecológicas; (iii) assistência jurídica. Essas ações se desenvolvem num conjunto de diversas situações (atendimentos no escritório, visitas às áreas, encontros de formação, manifestações, atos-memória) que constituem os lugares onde realizo minha pesquisa etnográfica. Nessas situações ordinárias, onde se "mexe" com os conflitos, é possível apreender uma ética do work de base, pautada por alguns valores e idéias morais, notadamente três, que busco descrever: (i) "animar" o inconformismo diante de uma situação de violência (rebeldia); (ii) denunciar, produzindo dados e informações acerca dessa situação (memória); (iii) refletir sobre novas configurações de viver a partir da terra (esperança). Fazem parte da "mística" e integram o work rotineiro de identificação de problemas ligados às disputas de terra, atribuição de responsabilidades, proposição de soluções, enfim, de elaboração da causa, de que trata muitos estudos de antropologia da mobilização social. Dentro de uma perspectiva pragmática, interessa-me a tecnologia empregada pelos atores em cena para comunicar esses valores nas situações ordinárias acima citadas, quando interagem com membros das comunidades rurais ou com as agências de Estado que atuam sobre o conflito. O material para o artigo advém da pesquisa de campo que realizo junto a esses agentes desde 2014.

DIREITOS HUMANOS E ANTROPOLOGIA EM AÇÃO



31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
9 a 12 de dezembro de 2018

Brasília - DF www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA

ISBN: 978-85-87942-61-6



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**